

1 **10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA**
2 **– 14 DE ABRIL DE 2016.**

3 Aos quatorze dias do mês de abril de 2016, às oito horas e quinze minutos, na sede da Secretaria de Ação Social,
4 sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, teve início a décima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de
5 Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público, representando o
6 Fundo Social de Solidariedade, Senhor Márcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião quatorze
7 (14) conselheiros sendo cinco (05) do poder público e nove (09) da sociedade civil, com os seguintes
8 **Conselheiros titulares:** Jane Izabel Miranda Biagioti Lellis, Rutinéia Cristina Martins Silva, Márcio Henrique
9 Silva Nalini, Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Clóves
10 Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão e Josiane Aparecida
11 Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes:** Dalva Deodato Taveira, Rosângela Aparecida de Paula, José
12 Carlos Gomes e Vilma Aparecida A. Faria Garcia. **Conselheiros na titularidade:** Érika Cristina de Paula Faria.
13 Participaram da reunião 17 convidados. **Com a seguinte pauta: Assuntos: 4.1 – Apresentação da Prestação**
14 **de Contas 1º Trimestre 2016; 4.2 – Nova Lei de Criação do CMAS nº 8.388/2016 – Discussão e definição**
15 **sobre providências para a nova composição; 4.3 – Confirmação da Reunião Extraordinária a ser**
16 **realizada no próximo dia 27 de abril às 8h – Apresentação do Parecer sobre visitas às unidades estatais.**
17 **Informes: 5.1 – Definidos os prazos para preenchimento do Demonstrativo Sintético Federal e Plano de**
18 **Ação Federal; 5.2 – Portaria MDS – 113 de 10 de Dezembro de 2015 – Regulamenta o Cofinanciamento**
19 **Federal do SUAS e a Transferência de Recursos Fundo a Fundo; 5.3 – Publicada cartilha “Orientações**
20 **aos Municípios sobre a Regulamentação da Política Municipal de Assistência Social”; e 5.4 – Distribuição**
21 **do livro – “Reordenamento da Política de Assistência Social do Município de Franca – Reflexões teórico-**
22 **metodológicas para o trabalho cotidiano”.** O Presidente Márcio iniciou a reunião apresentando a justificativa
23 de ausência dos seguintes conselheiros: Andréia Silva, Mariseti, Claudia, Juliana, Leonel, Geisla, Lidiane, José
24 Augusto, Celina, Antônia, Victalina, Sônia e Angélica. Logo após passou à leitura da pauta, que foi aprovada
25 sem ressalvas. Dando seguimento Márcio solicitou que a conselheira Fernanda fizesse a leitura da ata da 9ª
26 Reunião Ordinária do CMAS, que também foi aprovada sem modificações. Na sequência passou-se ao primeiro
27 assunto da reunião, **item 4.1- Apresentação da Prestação de Contas 1º Trimestre 2016.** O presidente Márcio
28 passou a palavra para a servidora Sandra, que lembrou que no dia anterior, os balancetes detalhados do Fundo
29 Municipal de Assistência Social foram apresentados à Comissão de Orçamento e Articulação Política. Sandra
30 iniciou a apresentação, explicando sobre o novo trâmite de transferência Fundo a Fundo, segundo Portaria nº
31 113/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social, regulamentou o cofinanciamento federal passando a
32 repassar os recursos por meio de blocos de financiamento. Disse ainda que o Estado também alterou a forma de
33 repasse por meio de blocos de proteção. Em seguida, Sandra iniciou a apresentação do referido assunto
34 exibindo o balancete das contas do Município, Estado e União alocados no Fundo Municipal de
35 Assistência Social. Os quadros apresentados demonstraram os recursos orçados, empenhados e pagos,
36 além do detalhamento das receitas recebidas, das despesas efetuadas no trimestre e o total executado. A
37 prestação de contas foi aprovada sem ressalvas. Os slides apresentados foram enviados aos conselheiros
38 anteriormente, e ficarão disponíveis na Secretaria Executiva do CMAS. Continuando, o assunto seguinte, **item**

39 **4.2**, tratou-se da **Definição sobre providências para a nova composição do CMAS**. Márcio deu início ao
40 assunto lembrando que na nova Lei de Criação do CMAS, a sociedade civil está composta por três
41 representações: trabalhadores do SUAS, entidades e usuários. Disse que o prazo para organizar esse processo é
42 de 120 dias. Com relação ao assunto, Márcio destacou que a proposta apresentada anteriormente de prorrogar o
43 mandato da PROHAB e da Previdência Social e empossar os outros membros desse processo de renovação
44 colegiado não será viável. Justificou que o setor responsável pelas leis alegou que essa prorrogação parcial não é
45 possível. Explicou que poderia prorrogar os efeitos da portaria de nomeação de 1/3 do colegiado na sua
46 totalidade, porém não nomeações individuais. Disse que a outra opção sugerida pelo setor foi nomear os novos
47 eleitos e justificar a não indicação dos segmentos em questão, lembrando, porém, que assim o conselho ficaria
48 sem paridade e que isso poderia causar problemas junto ao Ministério Público, MDS, CNAS, etc. Os
49 conselheiros voltaram a se dividir entre prorrogar o mandato de 1/3 do colegiado ou dar posse aos novos
50 conselheiros eleitos e indicados. A conselheira Dalva sugeriu, então, que fosse formalizada uma consulta ao
51 Ministério Público para embasar qual decisão acarretaria num menor prejuízo. Questionou ainda a legitimidade
52 da prorrogação do mandato de conselheiros. Os conselheiros optaram, então, pela consulta formal ao Ministério
53 Público e assim ficou definido. Após essa discussão, foram formadas comissões paritárias, divididas por
54 representação, para organização do processo eleitoral da nova composição da sociedade civil. Buscando a maior
55 imparcialidade possível, ficou decidido que os atuais conselheiros, interessados em participar da nova
56 composição de determinada representação, não poderiam participar daquela comissão. Então, ficou assim
57 definido: **Trabalhadores do SUAS** – Vilma, Denizar, Márcio e Jane; **Entidades** – Fernanda, Rutinéia, Érika e
58 Andréia Liporoni; e **Usuários** – Tina, Clóves, Geisla e será consultada mais uma conselheira do Poder Público
59 para manter a paridade (Cláudia ou Sônia). O conselheiro Clóves manifestou preocupação com a categoria de
60 usuários, que não possuem uma representação forte e precisam ser preparados para uma participação efetiva e
61 de fato. Foram realizadas algumas discussões sobre o assunto destacando a importância e a necessidade de
62 realizar um processo de eleição que garanta o acesso dos usuários e que sejam estabelecidos critérios claros e
63 que definam como ele será realizado. Márcio sugeriu que seja feita uma Resolução do Conselho para disciplinar
64 esses critérios, buscando ainda quebrar alguns paradigmas que foram sendo criados, porém trata-se de um
65 processo longo e cultural. Em seguida passou-se ao último assunto, **item 4.3**, sobre a **confirmação da Reunião**
66 **Extraordinária a ser realizada no próximo dia 27 de abril, às 8h - para apresentação dos pareceres sobre às**
67 **visitas às unidades estatais**. Maria Amélia lembrou que no dia 27, às 8h, está prevista a reunião para que os
68 conselheiros apresentem seus pareceres sobre as visitas às unidades estatais. A reunião ficou confirmada. Sem
69 mais assuntos passou-se então ao primeiro informe, **item 5.1- Definidos os prazos para preenchimento do**
70 **Demonstrativo Sintético Federal e Plano de Ação – Federal**. Maria Amélia explicou que o MDS já definiu os
71 prazos para o que o Gestor e o Conselho insiram as informações sobre o Demonstrativo Sintético 2015 e o Plano
72 de Ação 2016. Em relação ao Demonstrativo, disse que a data limite para o Órgão Gestor é 30 de abril e para o
73 CMAS, que tem que responder um questionário e parecer, é até o dia 31 de maio. Com relação aos dados do
74 Plano de Ação, os prazos são: até o dia 04 de junho para o Gestor e 04 de Julho para o parecer do CMAS. O
75 item 5.2 tratou-se da **Portaria nº 113 do CMAS que regulamenta o Cofinanciamento Federal do SUAS e a**
76 **Transferência de Recursos Fundo a Fundo**. Maria Amélia disse que anexou o documento para conhecimento

77 dos conselheiros, lembrando que a servidora Sandra explicou as principais mudanças, durante a prestação de
78 contas. O informe **item 5.3**, referiu-se a *Cartilha “Orientações aos Municípios sobre a Regulamentação da*
79 *Política Municipal de Assistência Social”*. A Secretária Executiva do CMAS explicou que nela contém
80 orientações para que os gestores desenvolvam e regulamentem a Lei do SUAS no Município. O último informe,
81 **o item 5.4**, consistiu na distribuição do livro *“Reordenamento da Política de Assistência Social do Município*
82 *de Franca - Reflexões Teórico-Metodológicas para o trabalho cotidiano”*, que foi entregue aos conselheiros
83 presentes que não puderam comparecer no evento de lançamento. Em seguida, o presidente Márcio solicitou a
84 inserção de mais um informe sobre o Ofício que o CMAS enviou ao Órgão Gestor pedindo informações sempre
85 que forem observadas inconsistências junto às Orientações Técnicas ou Prestações de Contas, e em função
86 disso, a Equipe de Monitoramento estava presente na reunião para explicar como funcionaria o
87 acompanhamento esse ano. Tina questionou sobre esse informe, salientando que na verdade deveria ser inserido
88 como assunto. O presidente Márcio disse que o tema poderá ser assunto inserido nas próximas reuniões, se
89 necessário. A assistente social Carmen explicou que houve um novo planejamento das ações do monitoramento
90 no primeiro trimestre e que a primeira ação, proposta e realizada por eles, foi a verificação do espaço físico das
91 entidades, constante no chamamento público. Já a segunda ação consistiu na verificação das equipes de
92 referência nos serviços. Nos encontros com as entidades e unidades estatais foi proposto o trabalho com os
93 formulários de prestações de contas e também o relatório de atividades. Falou ainda que a partir de agora,
94 seguindo um novo cronograma, eles farão as visitas sempre acompanhados do técnico de referência do serviço.
95 A assistente social Cidinha falou que essa inserção do técnico aperfeiçoa a visita, otimiza o tempo e os recursos
96 materiais. Carmen disse que a equipe de monitoramento tem a pretensão de fazer uma avaliação junto aos
97 usuários e que isso está sendo construído para levar a visão de fora para dentro do serviço. Ainda sobre as
98 visitas, Cidinha explicou que em função do número pequeno de pessoas na equipe de monitoramento e do
99 aumento significativo no número de serviços, eles não conseguem fazer isso de forma mais próxima, porém se
100 organizaram de modo a fazer, em cada semestre, uma visita para cada serviço executado. Tina questionou como
101 é feito o acompanhamento das unidades estatais sobre as famílias referenciadas e outras informações como essa.
102 Cidinha explicou que como há uma proximidade maior junto às Divisões de Proteção, elas passam essas
103 informações. Jane explicou que estão desenvolvendo um relatório próprio e que quando estiver pronto isso
104 poderá ser compartilhado com os conselheiros. Tina disse que isso era importante para eles, pois estavam, agora,
105 fazendo o acompanhamento junto às unidades estatais. Outra questão importante foi que os encontros trimestrais
106 feitos pela equipe de monitoramento junto às entidades, foram substituídos pelo momento de devolutiva das
107 visitas. Cidinha explicou que as entidades que desenvolvem mais de um serviço terão esse momento, enquanto
108 as que desenvolvem apenas um, terão a devolutiva por meio de relatório. A convidada Daniela questionou o
109 momento da devolutiva, pois disse ser de grande importância para que a entidade possa verificar os pontos
110 positivos do trabalho executado, bem como aqueles que necessitam de adequação. Além disso, questionou os
111 critérios para essa avaliação. Cidinha explicou que as Orientações Técnicas e o Plano de Trabalho da Entidade
112 serão usados como referência para a avaliação. Tina questionou a divergência de entendimento das Orientações
113 Técnicas e da Política, além da cobrança diferenciada, no ponto de vista dela, em relação às entidades e
114 unidades estatais. Cidinha explicou que a Equipe de Monitoramento baseia-se nas orientações técnicas e

115 também pelo que foi exigido no Chamamento Público. Tina pediu, por fim, que quando a equipe fosse até a
116 reunião, que isso seja feito em forma de assunto para que possam aproveitar esse momento de discussão. Márcio
117 disse que será assim das próximas vezes e a equipe comprometeu-se de enviar o documento com o cronograma
118 de visitas das entidades e das unidades estatais. Finalizadas as discussões, todos os assuntos e informes e nada
119 mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às nove horas e quarenta e cinco minutos, e eu, Maria Amélia
120 Faciroli Vergara, secretária executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, será
121 anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.